

YASMIN BREHMER HANDAR

ANPP NO DIREITO ELEITORAL

1ª EDIÇÃO
SÃO PAULO • 2023



Copyright © 2023

Yasmin Brehmer Handar

Todos os direitos desta edição reservados à Amanuense Livros.

Edição: Rodrigo Haidar

Revisão e diagramação: Edson Furmankiewicz

Projeto gráfico: Luciana Huber

Imagem de capa: 123 RF

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Handar, Yasmin Brehmer

O acordo de não persecução penal no direito
eleitoral / Yasmin Brehmer Handar. – 1. ed. – São Paulo : Amanuense, 2023.

Bibliografia.

ISBN 978-65-80788-15-6

1. Direito eleitoral - Brasil 2. Justiça eleitoral I. Título.

23-157019 CDU-342.8(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Direito eleitoral 342.8(81)

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



Amanuense Livros Ltda.
Rua Nilo 241, Sala 02 — CEP 01533-010 São Paulo SP
contato@amanuense.com.br
www.amanuense.com.br

SUMÁRIO

Índice de abreviaturas 10

Prefácio 11

Apresentação 17

Introdução	21
1 O acordo de não persecução penal no ordenamento jurídico brasileiro	33
1.1 Sobre a justiça penal consensual no Brasil	35
1.2 O modelo de acordo de não persecução penal brasileiro: das discussões embrionárias ao art. 28-A do Código de Processo Penal	47
1.3 O requisito subjetivo da confissão	60
2 A lógica consensual e o acordo de não persecução penal na Justiça Eleitoral brasileira	73
2.1 A aplicabilidade dos institutos da justiça (penal) consensual no processo (penal) eleitoral	75
2.2 Acordo de não persecução penal na Justiça Eleitoral: a crescente importância dos crimes eleitorais e conexos	89
2.2.1 <i>Resultados obtidos a partir do levantamento jurisprudencial de ANPPs firmados pela Justiça Eleitoral até 15 de março de 2023</i>	102
2.3 ANPP e o período eleitoral: especificidades, efeitos da divulgação e limites da atuação do Ministério Público Eleitoral	108
3 Os reflexos para o Direito Eleitoral da confissão no acordo de não persecução penal	117
3.1 Ações eleitorais sancionatórias não-criminais e a questão dos legitimados ativos universais: a exploração dos termos do ANPP para além do Ministério Público Eleitoral	119
3.2 A confissão em ANPP como prova para condenação em ações eleitorais não-criminais: uma análise sobre as provas no Direito Penal Eleitoral	127
3.3 Natureza jurídica do acordo de não persecução penal: discussões sobre cláusula de suspensão de direitos políticos e atração de inelegibilidade	139
Conclusão	151

Referências 156